

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva.

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos. \_\_\_\_\_

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. \_\_\_\_\_

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, cumprimentou todos os presentes, passando a palavra aos Srs. Vereadores. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, iniciou a sua intervenção fazendo referência a uma reunião de trabalhadores sindicalizados ocorrida no passado dia 11/02/2019, sendo sua intenção sensibilizar a maioria do Executivo no sentido de fazer chegar uma queixa da parte dos trabalhadores relativa à falta de equipamento mais especificamente o calçado. \_\_\_\_\_

Proseguiu, apresentando uma Declaração Política relativa ao Risco Ambiental no Zêzere, que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“DECLARAÇÃO POLÍTICA**

**RISCO AMBIENTAL NO ZÊZERE**

O Rio Zêzere tem escapado à poluição, muito graças ao facto de ser a principal fonte de abastecimento de água à Região da Grande Lisboa, a partir da albufeira da Barragem do Castelo do Bode, servindo cerca de três milhões de pessoas. \_\_\_\_\_

No entanto, esta realidade pode estar comprometida a prazo, tendo em conta testemunhos recentemente conhecidos. \_\_\_\_\_

Em 1 de fevereiro, uma reportagem passada no Jornal da Noite da SIC, dava nota de risco ambiental no Rio Zêzere. \_\_\_\_\_

Através da mesma soube-se da existência no concelho do Fundão, no local designado como Cabeço do Pião,

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

de uma escombreira onde ao longo de oitenta anos foram sendo acumulados detritos mineiros retirados da exploração das Minas da Panasqueira. \_\_\_\_\_

Naquele depósito estão materiais perigosos como zinco, chumbo, cobre, volfrâmio, arsénio, ferro e maganês. A barragem existente apresenta já bastantes fissuras que fazem escorrer para o leito do rio, águas lixiviosas com aqueles metais. \_\_\_\_\_

Estudos desenvolvidos por várias instituições científicas e ambientais, falam em risco de colapso da barragem de lamas, com elevado teor de arsénio que pode vir a contaminar a água do Rio Zêzere, que abastece o nosso concelho. \_\_\_\_\_

Foram mencionados vários estudos e teses de mestrado e doutoramento do Instituto Superior Técnico que apontam para o real perigo de haver deslizamento de parte ou da globalidade da barragem de lamas em direção ao rio. \_\_\_\_\_

A jusante da escombreira estão as aldeias de Barroca do Zêzere, Dornelas do Zêzere, Porto das Vacas, Janeiro de Cima, Janeiro de Baixo, Esteiro, Cambas, até se entrar no espaço da albufeira da Barragem do Cabril, que abastece o concelho de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

A faculdade de Engenharia da Universidade do Porto descobriu em análises que realizou, concentração de arsénio nas lamas do Cabeço do Pião, muito superiores ao normal. Os mesmos estudos referem que o arsénio é tóxico por ingestão e contacto e carcinogénico por inalação, ingestão e contacto dérmico. Em caso de rutura na barragem serão libertados centenas de milhares de metros cúbicos de material transportado pelo rio até à barragem do Cabril., com elevadas concentrações de arsénio, com consequências ambientais extremamente graves. \_\_\_\_\_

Na componente tóxica, conclui o estudo, que a população local está sujeita a riscos ambientalmente inaceitáveis. Do ponto de vista carcinogénico, os riscos para as populações são igualmente inaceitáveis, dado que estão sujeitas a um risco carcinogénico muito mais elevado do que os valores estabelecidos como aceitáveis. \_\_\_\_\_

A reportagem referia que o Ministério do Ambiente conhece a situação e que a DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia tem vindo a alertar para a situação de risco ambiental desta barragem de deposição de rejeitados, confirmando o risco de derrocada e de perigo ambiental. \_\_\_\_\_

Foram ainda citadas as conclusões de um estudo do Instituto Superior Técnico sobre as consequências do aluimento da barragem, considerando que o escoamento das lamas após o aluimento da escombreira é um risco não negligenciável para a qualidade das águas em vários pontos do Rio Zêzere. Este depósito de ferro e arsénio com elevadas concentrações de outros metais poderá chegar à Barragem do Cabril, representando um foco gravíssimo de poluição das águas que servem o abastecimento público de vários concelhos, entre os quais, o de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

Nestes termos, deverá a Câmara Municipal, entidade a quem compete garantir a qualidade da água distribuída à população, diligenciar junto do Ministério do Ambiente, no sentido de serem tomadas medidas urgentes que salvaguardem e eliminem focos poluidores das águas do Rio Zêzere, a montante da albufeira da Barragem do Cabril, garantindo a boa qualidade da água que abastece o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador Eleito pelo Movimento Figueiró Independente (MFI) \_\_\_\_\_

Carlos Lopes \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, cumprimentou o Sr. Presidente, colegas da Vereação, Sr. Chefe de Divisão, Sr.ª Secretária do GAP e distinto público presente. Relativamente à reportagem que o Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes citou, referiu que foi alertado para a mesma e nesse seguimento foi recuperar essa reportagem na sua íntegra, manifestando a sua preocupação, que estando na periferia e no caso de haver uma derrocada ambiental poderemos ser atingidos. Expressou a sua solidariedade aos concelhos que estão mais afetados, focando o caso do Fundão e Pampilhosa da Serra, devendo ser atendida esta preocupação para dissipar o alerta, fazendo chegar à tutela própria para avaliar a questão, se justifica ou não esse perigo da forma como foi abordado. \_\_\_\_\_

Prosseguiu apresentando um assunto relativo às árvores do Ramal e a necessidade de intervenção, que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Árvores do Ramal – necessidade de intervenção**

“O Ramal, nome por que é conhecida a Avenida Padre Diogo de Vasconcelos, é um local de excelência da nossa Vila muito pelos plátanos frondosos e classificados, que ali se situam há mais de um século. \_\_\_\_\_

Acontece que alguns ramos mais debilitados têm caído, felizmente, sem estragos materiais ou pessoais e que nesta época do ano, se torna mais preocupante, atendendo às condições climáticas que se tem registado.

Recordamos que a última vez que os plátanos foram alvo de uma intervenção profunda, foi em 2013. \_\_\_\_\_

Por esta razão, temos sido alertados por várias pessoas para esse facto e para o perigo que pode representar a queda de um ramo em cima de algum automóvel ou de quem por ali passe. \_\_\_\_\_

Tratando-se de um espaço público, muito frequentado na vila de Figueiró dos Vinhos entendemos que se deve proceder à realização de uma poda de manutenção que vise por um lado valorizar e proteger o património arbóreo e a memória coletiva da Vila e por outro retirar os ramos mais debilitados e em risco de queda salvaguardando, assim, pessoas e bens, pois apesar da antiguidade e beleza que ostentam, alguns ramos podem

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

constituir um eventual perigo para quem ali passa ou passeia. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Finalizou, reiterando **o pedido formal para que seja integralmente satisfeito e sem mais demoras o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26/09/2018**, deixando um documento que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Atraso nos requerimentos**

Lembramos que ainda não foi satisfeito, nos termos da lei, o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26 setembro de 2018. \_\_\_\_\_

Voltamos, nesta ocasião, a reiterar o pedido formal para que sejam integralmente satisfeitos e sem mais demoras todas as informações que solicitamos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, em relação à intervenção do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, no que diz respeito ao calçado ao nível de segurança para os trabalhadores, disse estranhar que nenhum dos trabalhadores tenha dito que os serviços já estão a providenciar essa questão, indo ao encontro de uma informação efetuada pela Técnica de Segurança, onde entretanto foram pedidos os devidos orçamentos, para que a curto prazo a situação fique resolvida. \_\_\_\_\_

Relativamente ao **risco ambiental no Zêzere**, informou que já fez chegar essa preocupação ao seu colega do Fundão, sendo uma situação transversal ao interior do país, todas as entidades estão preocupadas. Nesse seguimento manifestou a sua total concordância em fazer chegar ao Ministério do Ambiente aquela preocupação, nos termos apresentados pelo Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes. \_\_\_\_\_

Quanto à intervenção do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, **relativamente aos Plátanos**, referiu ser a segunda vez que fala naquele assunto, informando que já foi contratualizada uma empresa para fazer aquele trabalho e outras situações deste género, noutros locais, ficando a calendarização para realização dos referidos trabalhos

---

---

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

da responsabilidade da Empresa contratada para o efeito, bem como a respetiva avaliação técnica. \_\_\_\_\_

No que diz respeito ao **cumprimento na resposta aos requerimentos apresentados**, mais uma vez referiu ao Senhor Vereador que tudo foi respondido, no estrito cumprimento da lei, sendo certo que estão disponíveis para consulta todos os documentos que solicitar. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 03/2019 de 30/01/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. \_\_\_\_\_

**3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:**

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS**

**O Senhor Presidente** informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia trinta de janeiro de dois mil e dezanove e o dia doze de fevereiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 136.681,66 € (cento e trinta e seis mil seiscientos e oitenta e um euros e sessenta e seis cêntimos). \_\_\_\_\_

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 230/2019 (duzentos e trinta e dois mil e dezanove) a 326/2019 (trezentos e vinte e seis mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 237.220,98€ (duzentos e trinta e sete mil duzentos e vinte euros e noventa e oito cêntimos). \_\_\_\_\_

**OPERAÇÕES TESOURARIA**

**O Senhor Presidente** informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre trinta de janeiro de dois mil e dezanove e o dia doze de fevereiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 1.786,77€ (mil setecentos e oitenta e seis euros e setenta e sete cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob o número 30/2019 (trinta e dois mil e dezanove), a 54/2019 (cinquenta e quatro mil e dezanove) respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância 37.341,16 € (trinta e sete mil trezentos e quarenta e um euros e dezasseis cêntimos).

**O Senhor Presidente**, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia doze de fevereiro de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 38.825,48 € (trinta e oito mil oitocentos e vinte e cinco euros e quarenta e oito cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 53.982,57 € (cinquenta e três mil novecentos e oitenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos). \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**OUTROS**

**O Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: \_\_\_\_\_

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 25.01.2019 a 08.02.2019. \_\_\_\_\_

Relação dos despachos de processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 25.01.2019 a 07.02.2019. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)

**4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:**

**Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 30 de janeiro de 2019:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 457,90€ (quatrocentos e cinquenta e sete euros e noventa centimos). \_\_\_\_\_

**Despacho proferido pela Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, datado de 08/02/2019:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho da Sr.ª Vereadora, relativo aos pedidos de utilização da Casa da Cultura do mês de janeiro de 2019, à Orquestra Consequência – Associação Cultural e Musical Sintonia Consequente, correspondendo o apoio no valor total de 50,02€ (cinquenta euros e dois centimos) e Casa de Valeverde, correspondendo o apoio no valor total de 22,53€ (vinte e dois euros e cinquenta e três centimos). \_\_\_\_\_

**4.2 CONCURSO PÚBLICO “FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO A GRANEL PARA AQUECIMENTO DA PISCINA MUNICIPAL” PROCEDIMENTO N.º 01CPABS18:**

**4.2.1 RELATÓRIO FINAL – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DATADO DE 05/02/2019:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho emitido pelo Sr. Presidente Jorge Abreu datado de 05/02/2019, que recaiu sobre o Relatório Final que se transcreve na íntegra:

**Despacho:**

“Aprovo o conteúdo do presente Relatório. À Reunião de Câmara para Ratificação”. \_\_\_\_\_

**“Relatório Final**

[artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos]

**Concurso Público**

*“Fornecimento de gás propano a granel para aquecimento da Piscina Municipal”* \_\_\_\_\_

*Procedimento n.º 01CPABS18* \_\_\_\_\_

O presente procedimento do tipo concurso público realizou-se na sequência de deliberação de Câmara datada



**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

de 12 de dezembro de 2018, tendo o Município de Figueiró dos Vinhos, através de publicitação no *Diário da República* em 21 de dezembro de 2018 na Parte L - Contratos Públicos, II Série, número 246, anúncio de procedimento n.º 11122/2018 e na plataforma eletrónica [SaphetyGov](#), procedido à abertura de concurso para “*Fornecimento de gás propano a granel para aquecimento da Piscina Municipal*”, tendo como preço base de 195.000,00 euros a que acresce IVA à taxa legal. \_\_\_\_\_

Para o efeito definiu-se como critério de adjudicação o da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar e fixou-se em 15 dias o prazo para apresentação de propostas, que terminou às 17 horas do dia 07 de janeiro de 2019, decorrendo posteriormente a respetiva abertura. \_\_\_\_\_

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2019, reuniu na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o Júri do procedimento, para apreciação das propostas e elaboração do relatório preliminar, documento remetido aos interessados e que fixou em 5 dias úteis o prazo para o exercício do direito de audiência prévia.

Decorrida a audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, entre o dia 26 de janeiro e o dia 01 de fevereiro de 2019, reuniu nesta data, no edifício da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, o júri do procedimento, para apreciação das eventuais pronúncias dos interessados, tendo em vista a elaboração do presente relatório final. \_\_\_\_\_

Decorrido o prazo de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP, verificou-se que nenhum concorrente se pronunciou sobre o conteúdo das conclusões constantes do relatório preliminar. \_\_\_\_\_

Nestes termos, o Júri do Procedimento mantém o teor e as conclusões do Relatório Preliminar. \_\_\_\_\_

Face ao exposto e verificadas as condições gerais subjacentes ao presente procedimento, nomeadamente as constantes do programa de procedimento, analisadas as propostas apresentadas e de acordo com as conclusões constantes do relatório preliminar, propõe-se que se proceda à adjudicação do presente fornecimento à empresa RUBIS ENERGIA PORTUGAL, SA, pelo valor de 195.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

Mais se propõe que, caso se verifique a intenção de adjudicar, se solicite o anexo II a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP. \_\_\_\_\_

Nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 148.º do CCP, deverá o presente Relatório conjuntamente com os demais elementos que compõem o processo de concurso ser presente ao órgão competente para a decisão de contratar a quem cabe igualmente decidir sobre a aprovação de todas as propostas nela contidas para efeitos de adjudicação, no caso a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

Considerando a necessidade de dar início a novo contrato de fornecimento de gás para a Piscina Municipal tão breve quanto possível, por questões contratuais e observados os prazos legais a cumprir, e que a próxima reunião ordinária do órgão competente para a decisão de contratar está agendada para o dia 13 de fevereiro de 2019 e não se prevendo assim possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal em momento anterior, propõe-se a título excecional e nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro, a concordância e aprovação por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal do conteúdo do presente relatório, devendo o respetivo ato, sob pena de anulabilidade, ser sujeito a ratificação pelo órgão executivo na primeira reunião após a sua prática”. \_\_\_\_\_

**4.2.2 APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR.**

**PRESIDENTE DATADO DE 05/02/2019:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho emitido pelo Sr. Presidente Jorge Abreu datado de 05/02/2019, que recaiu sobre a Minuta de Contrato de Aquisição de Bens, que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**Despacho:**

“Aprovo a Minuta. Notifique-se o interessado. À Reunião de Câmara para ratificação”. \_\_\_\_\_

**“MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS**

**“FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO A GRANEL PARA AQUECIMENTO DA PISCINA  
MUNICIPAL”**

**VALOR DE 195.000,00 + IVA**

----- Aos x dias do mês de x do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Figueiró dos Vinhos, Edifício dos Paços do Município, perante mim (identificação do Oficial Público) por designação da Vice-Presidente de Câmara conforme despacho n.º 23 datado 20 de outubro de 2017, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: Jorge Manuel Fernandes de Abreu**, casado, natural da Freguesia e Concelho de Figueiró dos Vinhos, com domicílio profissional neste Edifício, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em representação do Município e no uso da competência que lhe é conferida na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pessoa coletiva de direito

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

público número 506546381. -----

----- **SEGUNDO: Fernando Pereira Costa**, casado, natural da Freguesia de Penude e Concelho de Lamego, com domicílio profissional no Lagoas Park, Edifício 11, Piso 1, 2740-270 Porto Salvo, portador do Cartão de Cidadão número 7306695, válido até 30 de Março de 2019, contribuinte fiscal número 195719468, o qual outorga como legítimo representante, da empresa **RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.**, com sede no Lagoas Park, Edifício 11, Piso 1, 2740-270 Porto Salvo, pessoa coletiva número 513108890, poderes conferidos por procuração emitida pelo Presidente do Conselho de Administração **Jean – Pierre Hardy**, com o contribuinte fiscal número 282381031, da qual é legal representante, conforme verifiquei pela certidão permanente, sob código de acesso n.º 4524-1053-7651, documentação que me foi presente e que arquivo no maço de documentos. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes, a do primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e a do segundo pela apresentação do respetivo Cartão de Cidadão.-----

----- Do meu conhecimento direto, são também a qualidade que se arroga o primeiro outorgante, bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, sendo a qualidade e os poderes do segundo outorgante, que legitimam a sua intervenção neste ato verificados pela certidão permanente, obtida através do Código de Acesso n.º 4524-1053-7651 e documento procuratório de \_\_\_\_\_, que arquivo, o que certifico. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:** - Que, em nome da sua representada e de harmonia com o Deliberação de Câmara Municipal datada de 12 de dezembro de 2018, foi determinado proceder à abertura de concurso público com publicação no Diário da República, II Série, Parte L, n.º 246 de 21 de dezembro de 2018, anúncio de procedimento n.º 11122/2018 e através da plataforma eletrónica [SaphetyGov](#), para a aquisição de bens, tendo como objeto o **“Fornecimento de gás propano a granel para aquecimento da Piscina Municipal”**. -----

----- Que realizado o concurso com observância das formalidades legais, determinou a Deliberação de Câmara de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, adjudicar definitivamente, com base no Relatório Final de Ordenação de Propostas datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019, à representada do segundo outorgante,

- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)

**RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.**, com sede no Lagoas Park, Edifício 11, Piso 1, 2740-270 Porto Salvo, pessoa coletiva número 513108890. -----

----- Que, em cumprimento de tal deliberação do Órgão Executivo, e depois de aprovada a minuta do contrato por despacho datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ do ano em curso, ratificado em Reunião de Câmara de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018, vem com o representante do Segundo Outorgante celebrar o competente contrato, o que faz nos termos e segundo as cláusulas seguintes: -----

----- **PRIMEIRA:** Esta adjudicação compreende o “Fornecimento de gás propano a granel para aquecimento da Piscina Municipal”, de harmonia com o respetivo Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, documentos que neste são entregues ao Oficial Público e que, depois de devidamente rubricados pelo mesmo e pelos outorgantes, ficam arquivados no maço correspondente a este livro de notas, como parte integrante deste contrato, cujos termos se dão por inteiramente reproduzidos; -----

----- **SEGUNDA:** A presente aquisição é adjudicada pelo valor de **€ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de **€ 44.850,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta euros)**, o que perfaz o valor total de **€ 239.850,00 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos e cinquenta euros)**, de acordo com a proposta submetida pelo adjudicatário datada de 07 de janeiro de 2019, contendo a respetiva lista dos preços unitários e nas demais condições do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; -----

----- **TERCEIRA:** De acordo com o conteúdo da proposta, no ato da faturação será concedido um desconto de **€ 412,00 (quatrocentos e doze euros)** sobre o preço do produto; -----

----- **QUARTA:** O fornecimento será efetuado no triénio 2019/2021, salvo se a totalidade do fornecimento previsto ocorrer antes desta data, situação que determinará que o mesmo cesse, de acordo com as condições previstas no respetivo Caderno de Encargos; -----

----- **QUINTA:** Pelo fornecimento do produto objeto do contrato, será pago o preço constante da proposta adjudicada no prazo máximo de 30 dias, contados da data de receção das respetivas faturas; -----

----- **SEXTA:** Nos casos omissos no presente contrato, proposta de adjudicação e demais documentos

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

respeitantes a este fornecimento, que fazem parte deste contrato, observar-se-ão as disposições legais aplicáveis à aquisição de bens, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos; -----

----- **SÉTIMA:** Fazem ainda parte integrante deste contrato o Caderno de Encargos e a proposta adjudicada, conforme o determinado pelo n.º 2 do artigo 96.º do mesmo diploma. -----

----- **PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:** - Que aceita o presente contrato, para a sua representada, nos termos exarados e nas demais condições inerentes a este fornecimento, designadamente as do programa de procedimento e do caderno de encargos aprovados. -----

----- Que o encargo total deste contrato é de valor total de **€ 239.850,00 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos e cinquenta euros)**. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO:** - Que o encargo resultante do presente contrato será satisfeito pelos orçamentos de 2019, 2020 e 2021, **tem o número sequencial de compromisso** \_\_\_\_\_, e que a classificação orçamental por onde será satisfeito é a seguinte: - **Classificação Orgânica:** **Capítulo zero um zero dois – Câmara Municipal; Classificação Económica: Capítulo zero dois – Aquisição de Bens e Serviços, Grupo zero um – Aquisição de Bens, Artigo zero dois – Combustíveis e Lubrificantes, Número zero três – Gás para a Piscina Municipal.** -----

----- **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.** -----

----- Arquivo: -----

----- A): \_\_\_\_\_; -----

----- B): \_\_\_\_\_; -----

----- C): \_\_\_\_\_; -----

----- D): \_\_\_\_\_. -----

----- Este contrato, aprovado em minuta por despacho do Sr. Presidente datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ do ano em curso, ratificado em Reunião de Câmara de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019, foi lido em voz alta e explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença simultânea de ambos os outorgantes, que vão comigo assinar, pela ordem por que foram indicados” -----

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**4.3 EMPREITADA “COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA” – SUBSTITUIÇÃO DO DIRETOR**

**DE FISCALIZAÇÃO:** Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 20/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a substituição do Diretor de Fiscalização conforme proposta da empresa, ficando a equipa composta da seguinte forma: Representante do dono da obra: Isabel Maria David Antunes; Diretor de fiscalização: Ivo André Oliveira Sereno; Coordenador de Segurança em obra: Ana Cristina Alves Martins Aleixo; Fiscal da obra: Luis Carlos Ferreira Moreira. \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 20/2019:**

“Considerando que:

No âmbito da empreitada “Complexo empresarial Sonuma”, cujo adjudicatário é a empresa Eco Demo, Demolições Ecologia e Construção, SA, foi adjudicada a aquisição de serviços para a Fiscalização da referida empreitada à empresa MTD ENGENHARIA, Lda. \_\_\_\_\_

Foi solicitada pela empresa MTD ENGENHARIA, Lda, a substituição do Diretor de Fiscalização atual, Ivo André Oliveira Sereno, em virtude do seu pedido de desvinculação do quadro técnico da empresa, propondo para a sua substituição Paulo Jorge Proença Vicente. \_\_\_\_\_

A equipa atual é composta por: \_\_\_\_\_

Representante do dono da obra: Isabel Maria David Antunes; \_\_\_\_\_

Diretor de fiscalização: Ivo André Oliveira Sereno; \_\_\_\_\_

Coordenador de Segurança em obra: Ana Cristina Alves Martins Aleixo; \_\_\_\_\_

Fiscal da obra: Luis Carlos Ferreira Moreira. \_\_\_\_\_

Nestes termos,

Proponho que a Câmara Municipal delibere pela substituição do Diretor de Fiscalização conforme proposta da empresa, ficando a equipa composta por: \_\_\_\_\_

**Representante do dono da obra:** Isabel Maria David Antunes; \_\_\_\_\_

**Diretor de fiscalização:** Paulo Jorge Proença Vicente; \_\_\_\_\_

**Coordenador de Segurança em obra:** Ana Cristina Alves Martins Aleixo; \_\_\_\_\_

**Fiscal da obra:** Luis Carlos Ferreira Moreira”. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)

**4.4 LINHA BEI PT 2020 AUTARQUIAS – OPERAÇÃO “REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL” CENTRO-07-2316-FEDER-000066-00046 (COD.LINHA**

**BEI)**Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 21/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 21/2019:**

“Considerando que: \_\_\_\_\_

No âmbito do PORTUGAL 2020 foi disponibilizado via Despacho n.º 6323-A/2018 publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 123 de 28 de junho de 2018, a Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020, que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito do Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento. \_\_\_\_\_

O Município de Figueiró dos Vinhos, no cumprimento da deliberação de câmara de 12.09.2018 submeteu à Agência para a Coesão & Desenvolvimento – PORTUGAL2020 o processo referente à operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal” - CENTRO-07-2316-FEDER-000066 aprovada pelo CENTRO 2020. \_\_\_\_\_

De acordo com a documentação anexa, a candidatura CENTRO-07-2316-FEDER-000066\_00046 (Cod. BEI) foi aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento – PORTUGAL2020 nos termos constantes do respetivo Contrato de Financiamento que prevê a concessão de um financiamento de 122.821,31 euros, por um período normalizado de reembolso do financiamento até 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização).

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

Proponho que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação do Contrato de Financiamento da candidatura “Linha BEI PT 2020 - Requalificação da envolvente ao Parque Desportivo Municipal”- CENTRO-07-2316-FEDER-000066\_00046 (Cod. BEI) pelo montante de 122.821,31 euros e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização) e um valor de juros contratuais de 202,70 euros, conforme simulação que foi remetida aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento em anexo ao Contrato de Financiamento, remetendo-se o respetivo contrato à Assembleia Municipal para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas para Emissão de Visto”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva,** em relação a este assunto apresentou uma Declaração de Voto que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**“Declaração de Voto**

Na sequência da proposta de deliberação nº 79/2018 de 12 de setembro de 2018, vem agora a esta reunião a Proposta de Deliberação nº 21/2019 relativa à Linha BEI PT 2020 | Autarquias – Operação “Requalificação da Envolvente ao Parque Desportivo Municipal. \_\_\_\_\_

Não sendo um assunto novo e tendo em conta as razões que tivemos ocasião de aduzir na altura, cabe-nos ser coerentes e reafirmar o que já dissemos antes relativamente a este empréstimo. \_\_\_\_\_

Não concordamos com um empréstimo a 15 anos e com isso deixar uma dívida para as futuras gerações pagarem. \_\_\_\_\_

Longe vai o tempo em que o PS defendia que os empréstimos tinham de ser pagos no mandato por quem o contraiu e votava contra os empréstimos de longa duração. Lembramo-nos disso e por isso, o aqui registamos.

Pode-se argumentar que este é um bom financiamento para a Câmara. Pois, mas outros também eram e isso não impediu, nem impede, agora, os mesmos protagonistas de considerarem bom o que antes consideravam mau. \_\_\_\_\_

A posição do PSD relativamente a esta matéria é, por isso, simples e clara. \_\_\_\_\_

Não faremos aquilo que o PS fez no passado recente por mero tacticismo político prejudicando com isso o Município e os Figueiroenses. Consideramos que sendo o financiamento uma opção a considerar não seremos nós a inviabilizar o financiamento, mas tem de ser o Partido Socialista a assumir a sua própria incoerência e a opção de deixar dívida e uma herança que onera os mandatos e as gerações futuras. \_\_\_\_\_

A nossa maneira de ser e de estar na política é diferente. **Primeiro Figueiró dos Vinhos. Primeiro as Pessoas.** Viabilizaremos, assim, com a nossa abstenção a proposta agora apresentada, mostrando com isso o quanto nos distanciamos dos tacticismos políticos que tanto prejudicaram e continuam a prejudicar o nosso concelho e os Figueiroenses. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador

Luís Filipe Silva

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e do Movimento Independente e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com a mesma, aprovando o Contrato de Financiamento da candidatura “Linha BEI PT 2020 - Requalificação da envolvente ao Parque Desportivo Municipal”- CENTRO-07-2316-FEDER-000066\_00046 (Cod. BEI) pelo montante de 122.821,31 euros (cento e vinte e dois mil oitocentos e vinte e um euros e trinta e um cêntimos) e demais condições,



**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização) e um valor de juros contratuais de 202,70 euros (duzentos e dois euros e setenta cêntimos), conforme simulação que foi remetida aprovada pela Agência para a Coesão & Desenvolvimento em anexo ao Contrato de Financiamento. \_\_\_\_\_

Mais deliberou, submeter o respetivo contrato à Assembleia Municipal para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas para Emissão de Visto. \_\_\_\_\_

**4.5 PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A ESTABELECEER ENTRE O MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E ISCTE-IUL INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA:**

Presente o Protocolo referenciado em epígrafe, tendo o **Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, manifestado a sua congratulação em relação ao mesmo, questionando se Protocolos idênticos ainda estão em vigor. \_\_\_\_\_

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás**, respondeu que os existentes têm renovação automática. \_\_\_\_\_

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Cooperação a estabelecer entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa. \_\_\_\_\_

Mais deliberou dar plenos poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para outorgar no mesmo. \_\_\_\_\_

O referido Protocolo fica arquivado por fotocópia aos documentos anexos da presente ata. \_\_\_\_\_

**4.6 CONCURSO PÚBLICO “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA ALDEIA ANA DE AVIZ” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO:**

Em relação a este assunto o **Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva** leu um documento que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”.**

Vem hoje a esta reunião o Concurso Público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”. \_\_\_\_\_

À ex-concessionária D. Ana Paula Rodrigues Barreto deixamos uma palavra de agradecimento. Um agradecimento a quem aqui investiu, tempo, dinheiro, trabalho e empenho, não sendo esta a sua terra, e sonhou com um amanhã melhor. \_\_\_\_\_

Ao contrário do que alguns pensam os poucos empresários que ainda vão investindo na nossa terra merecem o

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

nosso apoio e incentivo. E isso deve ser realçado por quem tem responsabilidades políticas. É por assim pensarmos que queremos deixar uma palavra de agradecimento a quem deu o seu melhor em prol da dinamização e divulgação da Praia Fluvial de Aldeia de Ana de Aviz e de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

Ao longo dos anos e sempre que se coloca a questão de concessionar os espaços públicos do Município que temos vindo a chamar a atenção para a especificidade desta matéria e que aqui relembramos mais uma vez.

Consideramos que a solução de futuro e viável para os espaços públicos do Município como este, deve passar sempre por um empenhamento muito forte da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

A Câmara Municipal proprietária do espaço não deve remeter-se a concessioná-lo e a ficar-se por aqui. Note-se que o Município tem, para além deste, outros espaços distribuídos pelo concelho e não tem uma política definida para isso. Veja-se o Restaurante do Casal São Simão, O Bar do mercado, O Bar da Praia Fluvial das Fragas, O Parque de Campismo, o Bar do jardim Municipal. Cada um entregue aos concessionários e nenhum deles integrado num fio condutor de uma política de promoção turística e cultural, das freguesias e do Concelho que deveria ser diferenciadora que dê lugar ao aparecimento de novos destinos e de novos visitantes. Somos dos que pensam que a Câmara Municipal não tem vocação para gerir estes espaços, mas já que os tem, tem de saber o que quer fazer com eles. Se são meros locais comerciais ou se, propriedade da autarquia, podem e devem ser potenciados e integrados numa política mais abrangente de promoção do concelho.

Entendemos que estes espaços devem obedecer, não ao lucro, não a ser mais um, mas a uma política de turismo paisagístico, gastronómico e cultural integrada no concelho e na região e que faça a diferença. \_\_\_\_

Não basta concessionar um bar/restaurante e depois lavar as mãos. Não. A concessão destes espaços deveria inserir-se numa estratégia mais alargada de dinamização da Freguesia de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, como um todo, do concelho e da região. \_\_\_\_\_

Estes espaços deveriam ser olhados como espaços de “vida permanente” e não entregues a soluções de recurso e casuísticas. O espaço deve ser apoiado e acompanhado de forma a ter uma capacidade crescente de atração e a assumir-se como uma mais-valia turística e económica a que o próprio associativismo local não deve ser alheio. \_\_\_\_\_

Neste sentido o espaço deveria ser permanentemente cuidado para marcar a diferença e não ser mais um. O serviço deveria ser pensado tendo em conta a gastronomia local. Uma boa, e contínua divulgação e promoção fariam toda a diferença. \_\_\_\_\_

Oxalá a abertura deste concurso possa resultar num caminho diferente, melhor e mais duradouro. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, referiu que a finalidade daquele projeto é que garanta qualidade no serviço prestado. Esclareceu ainda que foi apresentada uma Candidatura ao nível do GAL Pinhais do Zêzere para a zona de estacionamento da Praia Fluvial. Adiantou que até à presente data já investiram naquele espaço cerca de 10.000,00 euros (dez mil euros). Finalizou referindo que o que está a ser feito vai ao encontro do que o Sr. Vereador disse. \_\_\_\_\_

**A Câmara Municipal** depois destas considerações, deliberou por unanimidade aprovar a abertura de procedimento do concurso público “Atribuição do Direito de Exploração do Bar da Aldeia Ana de Aviz”, de acordo com a qualidade do projeto de exploração e funcionamento (Va) = 60%; valia técnica e qualidade dos programas de atividades a desenvolver (Vb) = 40%, pelo valor mensal a pagar pela concessão, nos meses de junho, julho, agosto e setembro na importância de 300,00 euros (trezentos euros) sendo o prazo para apresentação das propostas de quinze dias. \_\_\_\_\_

Mais deliberou aprovar a composição do seguinte Júri: Efetivo e Presidente: Dr.<sup>a</sup> Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Efetivo: Dr. Luís Manuel Rafael Silveirinha; Efetivo: Dr. Bruno Filipe Luís Batista; Suplente: Dr.<sup>a</sup> Paula Alexandra do Carmo Mendes; Suplente: Eng.<sup>a</sup> Isabel Maria David Antunes. \_\_\_\_\_

Deliberou ainda submeter este assunto à Assembleia Municipal para aprovação. \_\_\_\_\_

O Programa de Concurso e Caderno de Encargos fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)

**5. UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**5.1 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

**EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 05/02/2019:** A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 24/SF/2019 datada de 05/02/2019 no valor de 705,61 euros (setecentos e cinco euros e sessenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 05/02/2019 relativo ao pagamento dos custos com a segurança social do mês de novembro de 2018, no valor de 705,61 euros (setecentos e cinco euros e sessenta e um cêntimos). \_\_\_\_\_

**5.2 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO**

**SR. PRESIDENTE DATADO DE 05/02/2019:** A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 25/SF/2019 datada de 05/02/2019 no valor de 1.883,03 euros (mil oitocentos e oitenta e três euros e três cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 05/02/2019 relativo ao pagamento dos custos com os vencimentos do mês de janeiro de 2019, no valor de 1.883,03 euros (mil oitocentos e oitenta e três euros e três cêntimos). \_\_\_\_\_

**5.3 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – 13.ª MONTRA GASTRONÓMICA:**

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 21/SF/2019 datada de 05/02/2019, deliberou por unanimidade atribuir uma comparticipação no valor de 750,00 euros (setecentos e cinquenta euros) para fazer face aos encargos com a 13.ª Montra Gastronómica. \_\_\_\_\_

**5.4 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019:**

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 22/SF/2019, datada de 05/02/2019, no valor de 2.180,00 euros (dois mil cento e oitenta euros). \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva**, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento**

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. \_\_\_\_\_

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. \_\_\_\_\_

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 2.180,00 euros (dois mil cento e oitenta euros), relativo a despesas de funcionamento da Delegação. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)

**5.5 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019:** Sobre

este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 23/SF/2019, datada de 05/02/2019, no valor de 7.246,01 euros (sete mil duzentos e quarenta e seis euros e um cêntimos). \_\_\_\_\_

**O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva**, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento**

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. \_\_\_\_\_

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. \_\_\_\_\_

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 13 de fevereiro de 2019 \_\_\_\_\_

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor de 7.246,01 euros (sete mil duzentos e quarenta e seis euros e um cêntimos), relativo ao suporte de custos com diversos trabalhadores, referente ao mês de janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. \_\_\_\_\_

**5.6 MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA – ENVIO DE RELAÇÃO MENSAL – TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2018/2019:** A Câmara Municipal face à listagem remetida pelo Município de Castanheira de Pera, correspondente aos alunos que utilizam a Rede Pública de Transportes que frequenta o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, deliberou por unanimidade liquidar o valor de 610,25 euros (seiscentos e dez euros e vinte e cinco cêntimos). \_\_\_\_\_

**5.7 CONTRATO CONCESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA PRAIA FLUVIAL ALDEIA ANA DE AVIZ – COMUNICAÇÃO DE CESSAÇÃO DE CONTRATO E LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO:** A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna n.º 14UOAF19 datada de 08/02/2019, deliberou por unanimidade aprovar e proceder em conformidade com a mesma, autorizando a libertação da caução prestada no montante de 320,00 euros (trezentos e vinte euros). \_\_\_\_\_

**Informação Interna n.º 14UOAF19:**

“Em conformidade com a decisão tomada em reunião de Câmara Municipal e posterior autorização em reunião de Assembleia Municipal realizadas, respetivamente, a 10/02/2016 e 26/02/2016, fora desencadeado pelos serviços o processo de concurso n.º 01CPC16 tendo por objeto principal a “*Atribuição do direito de exploração do Bar da Praia Fluvial Aldeia Ana de Aviz*”, a que foi atribuído o anúncio de procedimento n.º 1470/2016 da II Série do Diário da República n.º 48 - Parte L - Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

Consta das respetivas conclusões, a adjudicação definitiva a Ana Paula Rodrigues Barreto, conforme contrato celebrado em 09/10/2016, para um período de 24 meses, prorrogáveis por períodos de 12 meses até ao limite máximo de 48 meses e para um preço contratual adjudicado de 400,00 euros + IVA. \_\_\_\_\_

Por comunicação de 31/01/2019, vem o concessionário dirigir ao Município a intenções de cessar de imediato a exploração do bar no ano de 2019, solicitando ainda a respetiva devolução da caução. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, foi realizada pelos serviços municipais uma vistoria às instalações bem como verificada a situação quanto a eventuais incumprimentos do concessionário, concluindo-se pela sua conformidade.

Em face desta circunstância, tratando-se de uma infraestrutura que pelas suas características e oferta de serviço a par da sua localização estratégica privilegiada e que assim contribui significativamente para a dinamização

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

turística do concelho de Figueiró dos Vinhos, urge tomar medidas imediatas de forma a minimizar o impacto resultante do encerramento deste espaço. \_\_\_\_\_

Nesse sentido, visto estarmos perante um processo cujo modelo de exploração, objeto e formação de contrato tem a natureza de concessão de serviços públicos e observados os limites de competência à autorização de abertura deste tipo de procedimentos, sugere-se a elaboração de novo concurso a ser presente na próxima reunião de Câmara de forma a ser possível a sua autorização na próxima sessão da Assembleia Municipal, observado o disposto na alínea *p*) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Mais se requer, considerando a conformidade das obrigações do concessionário, que se delibere pela autorização de libertação da caução prestada no montante de 320,00 euros”. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**6. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

---

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos. \_\_\_\_\_

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim \_\_\_\_\_, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

---

**O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.**

---

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**

--

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 04/2019)**